



SER DOCENTE NEGRA NA USP: GÊNERO E RAÇA NA TRAJETÓRIA DA PROFESSORA EUNICE PRUDENTE¹

Marília Pinto de Carvalho²
Viviane Angélica Silva³

RESUMO

Este artigo se propõe a analisar a trajetória da professora Eunice Aparecida de Jesus Prudente, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), para ampliar a compreensão dos significados de ser docente negra na USP hoje. A narrativa concedida pela professora Eunice Prudente norteia a proposta de investigação sobre a sua condição de mulher negra e docente da maior universidade pública do país, tendo como base três momentos: o que antecede a entrada na universidade, sua formação e a vivência na instituição. Considerando a tradição que o curso de Direito da USP possui, também se considera como algumas tradições reinventadas nesta faculdade permeiam seu cotidiano acadêmico e reverberam na configuração racial do seu corpo docente. A USP, como espaço educacional, foi escolhida como cenário para a reflexão sobre as relações de gênero e raciais, considerando que, no Brasil dito contemporâneo, cresce o debate sobre o reconhecimento e a produção do conhecimento científico por mulheres, concomitante às discussões sobre acesso e permanência da população negra na universidade.

Palavras-chave: USP; Raça; Gênero; Docência.

BEING A BLACK PROFESSOR AT USP: GENDER AND RACE IN THE PATH OF PROFESSOR EUNICE SAGE

ABSTRACT

This paper aims to analyze the trajectory of Professor *Eunice Aparecida de Jesus Prudente*, from the Law School of *Universidade de São Paulo* (USP), to broaden the understanding of the meanings of being a black woman professor at USP today. The narrative given by Professor *Eunice Prudente* guides the research proposal about her condition of black woman and professor in the country's largest public university, based on three parts: prior to her entry into university, her training and her experience in the institution. Considering the tradition that the Law School represents in USP, this paper also considers how some traditions reinvented in this college permeate its daily academic life and reverberate in the racial configuration of the faculty. USP, as educational space, was chosen as the setting for reflection on gender and racial relations, whereas in contemporary Brazil there is a growing debate on the recognition and production of scientific knowledge by women, simultaneous to the discussions on access and retention of black population at the university.

Key-words: Universidade de São Paulo; Race; Gender; Teaching.

¹ Apresenta parte da pesquisa de Doutorado de Viviane Angélica Silva, desenvolvida sob a orientação de Marília Pinto de Carvalho, com apoio do CNPq.

² Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo. Professora Livre Docente do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da USP (FEUSP).

³ Doutoranda do programa de pós-graduação da FEUSP.



SER DOCENTE NEGRA EN USP: GÉNERO Y RAZA EN LA TRAYECTORIA DE LA PROFESORA EUNICE PRUDENTE

RESUMEN

Este trabajo se propone analizar la trayectoria de la profesora *Eunice Aparecida de Jesus Prudente*, de la Facultad de Derecho de la *Universidade de São Paulo* (USP), para agrandar la comprensión de los significados de ser profesora negra en USP hoy. La narrativa concedida por la profesora *Eunice Prudente* nortea la propuesta de investigación sobre su condición de mujer negra y profesora de la mayor universidad pública del país, teniendo como base tres momentos: que antecede su entrada en la universidad, su formación y la vivencia en la institución. Considerando la tradición que el curso de Derecho de USP posee, también se considera como algunas tradiciones reinventadas en esta facultad impregnan su diario académico y reverberan en la configuración racial de su personal docente. USP, como espacio educacional, fue elegida como escenario para reflexión sobre las relaciones de género y raciales, considerando que en Brasil dicho contemporáneo crece el debate acerca del reconocimiento y la producción de conocimiento científico por mujeres, concomitante con discusiones sobre acceso y permanencia de la población negra en la universidad.

Palabras-clave: Universidade de São Paulo; Raza; Género; Docencia.

Introdução

Docentes negros/as nas universidades públicas brasileiras constituem um universo singular, dada a raridade de sua presença, quando não ausência. Como bem observaram Praxedes *et.al*, à medida que se avança nas carreiras universitárias, “as cifras diminuem ou nenhum professor ou professora desse grupo étnico-racial é encontrado” (PRAXEDES *et.al*, 2009, p.17). Mas dificilmente seria de outro modo, uma vez que a vida acadêmica também espelha as dinâmicas de desigualdade que movimentam a formação histórico-social brasileira. Deste modo, a universidade também testemunha, no seu cotidiano, diversas formas de injustiça, etnocentrismos, clivagens socioeconômicas que conformam “uma cultura eurocêntrica, branca, machista, na qual os pobres e os negros, ou de outra forma, os negros pobres foram, desde os tempos remotos, aliados dos conhecimentos e das instituições acadêmico-científicas” (*Ibidem, Ibidem*).

A história da Universidade de São Paulo também foi tecida com fios de desigualdades de raça, gênero e classe. Este artigo se propõe a analisar o caso de uma mulher negra cuja trajetória tenta driblar as impossibilidades de acesso a este universo que tem sido cerceado à população negra: a docência na maior universidade do país. Está baseado em entrevista realizada no âmbito de pesquisa mais ampla sobre os docentes

negros da USP. O primeiro desafio colocado foi construir uma leitura digna da trajetória da professora Eunice Prudente, docente negra da Faculdade de Direito da USP, situado no Largo São Francisco. A intenção, aqui, não é apenas ressaltar as singularidades desse percurso acadêmico, mas também apontar como a trajetória dessa docente está (des)conciliada ao percurso escolar da população negra brasileira. Com isso, esperamos contribuir para a construção do conhecimento sobre as dificuldades, e as formas de superação e conciliações encontradas pela população negra no que se refere ao acesso e à trajetória escolar.

Segundo Pinto (1987), a história da escolarização da população negra no Brasil, e em São Paulo em particular, é um processo pouco conhecido e pouco explorado no conjunto das pesquisas sobre relações raciais. Um dos fatores é a precariedade, ou mesmo ausência de dados oficiais sobre a cor/raça da população escolar; além disso, a bibliografia sobre “a educação do negro” é pouco sistematizada ou voltada para “análises de outras dimensões” (PINTO, 1987, p. 7).

Analisando trajetórias de docentes negros na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Arroyo (2009) indica a necessidade de buscar traços nas trajetórias humanas, escolares e profissionais que marcam a condição comum de pertencer ao coletivo negro, atentando, ao mesmo tempo, para a emergência de especificidades. No caso do Ensino Superior, isso significa perseguir as “marcas que conferem às narrativas um realismo cru, de tentativas de ascensão social e profissional dentro de uma instituição regulada por valores seletivos de mérito e sucesso” (ARROYO, 2009, p. 175). Neste sentido, a leitura da narrativa de docentes negros/as deve contemplar a história da população negra brasileira em tempos diversos de classificação e segregação sociorracial, desvelando suas persistências e avanços, e trazendo para o plano analítico a solidão, solidariedade, realização pessoal e coletiva que marcam as travessias de sucesso acadêmico. O autor propõe considerar as narrativas docentes “desde a condição de negro” (p. 176). Ou seja, considerar que avançar na escolarização não é garantia de supressão da origem racial que, aliás, torna-se uma companhia constante que delinea a trajetória escolar de modo contingencial.

Apesar de dar destaque à condição de raça e gênero da professora Eunice Prudente, este texto procura estar atento também ao fato de que múltiplos aspectos favoreceram a sua trajetória de longevidade e sucesso escolar, dentre os quais a importância da família, a qualidade da escola pública que frequentou, a multiplicidade de experiências

socializadoras que expandiram a condição de ser mulher negra, de modo a considerar que ao longo desse percurso há, como observam Cunha *et.al* (2009, p. 224) a construção de *disposições*⁴ que se atualizam na configuração de formas singulares de ser, no caso de Eunice Prudente, mulher, negra e docente universitária.

Apresentando a professora Eunice Prudente: origem socioeconômica e trajetória escolar

A professora Eunice Aparecida de Jesus Prudente nasceu no dia 10 de setembro de 1946, na cidade de São Paulo, na Vila Maria. Em termos étnico-raciais, define-se como *negra*⁵, e salienta que, “quando o IBGE passou por minha casa, eu tive que optar por preta, porque a pessoa teria que se declarar de acordo com o IBGE como branco, amarelo, pardo ou preto”. Seu pai veio da região de Cajuru, Mococa, interior de São Paulo, onde era lavrador e filho de lavradores. Coursou até o segundo ano do Ensino Primário numa escola organizada na fazenda na qual trabalhava e vivia.

Sua mãe veio de Jundiaí (São Paulo), cursou o antigo primário e depois de adulta fez o supletivo. A professora Eunice tem ainda um irmão, que fez carreira na Aeronáutica, na condição de sargento especialista, e chegou a cursar Ciências Sociais e Economia em duas diferentes faculdades privadas da capital paulista. Seus pais se conheceram em São Paulo, na condição de trabalhadores e militantes da Juventude Operária Católica (JOC). Ser trabalhadora, estudar numa escola pública de qualidade e ser filha de militantes foram aspectos fundamentais na trajetória escolar da professora Eunice Prudente, até mesmo na escolha da sua carreira profissional:

Em 1968, entrei em Direito e História. Então durante um ano e meio fiz os dois cursos ao mesmo tempo. Mas era uma loucura porque eu trabalhava de manhã, fazia História à tarde e Direito à noite. E aquela cidade universitária não tinha os transportes coletivos à noite como tem hoje, era uma dificuldade, mas era assim algo como tirar leite da pedra. Então meu

⁴ *Disposições* tal como propõe Lahire (2004), um conceito que faz referência às propensões, inclinações, tendências que foram incorporadas por meio das experiências socializadoras e evocam, assim, um “passado que se sedimentou, de alguma forma, e se converteu em maneiras mais ou menos duráveis de ver, sentir, e agir. (...) uma abstração útil para dar conta das práticas, representações, etc. dos indivíduos” (Lahire, 2004, p. 27).

⁵ Opta-se, aqui, pelas noções de “cor/raça negra”, considerando a classificação racial usada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apresenta cinco categorias: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Em termos analíticos, “negro” é a categoria que engloba pardos e pretos. Para maior discussão sobre o sistema de classificação racial brasileiro, ver Osório (2003).

pai via aquele sacrifício, “ah, você vai ter que se decidir porque você não vai aguentar”, porque eu não aguentava mesmo, né. Então, aí eu deixei História e fiz Direito, assim, um pouco orientada pelo meu pai, principalmente. Meu pai era metalúrgico e sindicalista, minha mãe tecelã e sindicalista, eles eram muito politizados e então eles acharam que, em Direito, eu teria mais possibilidades de trabalho, como de fato acho que eu tenho mesmo. Mas eu gosto de História até hoje.

Um dos fatos destacados pela professora Eunice Prudente, referente à sua graduação feita no período noturno, foi a excepcionalidade da sua turma, na qual havia vinte e um alunos/as negros/as, que ficaram conhecidos como *O Grupo dos 21*. Sua explicação para tal fenômeno é a qualidade do ensino público de então, que foi prejudicado pelas políticas de educação adotadas pelo regime militar:

Minha graduação é do curso de Direito. Eu sou da turma de 1972 desta universidade. Talvez da última turma dessa escola que teve 21 alunos negros, até nós falávamos: “nós do Grupo dos 21”. Eram dois do curso da manhã e 19 do curso noturno. Mas era na época, aí, dos finais de uma escola pública boa, onde muitos filhos ou pessoas oriundas de famílias trabalhadoras ou operárias chegavam à universidade pública, porque os colégios estaduais eram muito bons. Então [era] um ensino de qualidade. Então, enfrentávamos os vestibulares e chegávamos aí. Foi uma política, né, do governo militar, da ditadura militar que prejudicou muito o ensino público, adotando uma orientação ou, melhor dizendo, uma ação imperialista do governo dos Estados Unidos da América, adotaram o MEC-USAID, e aí, realmente, detonaram com a escola pública no Brasil e aí, por toda a América Latina.

A opinião da professora Eunice Prudente vai ao encontro das análises de Romanelli (1986) a respeito dos efeitos nefastos dos acordos MEC-USAID sobre a educação brasileira. O pós 1964 é marcado pela redefinição do processo político e econômico que agravou a crise educacional. De um modo geral, essa influência se expressa em um modelo de modernização que "teria como função integrar melhor o Brasil na expansão do capitalismo ocidental e mantê-lo, todavia, em sua posição periférica" (ROMANELLI, 1986, p. 257).

Contudo, uma questão a considerar é que, se, em algum momento, a escola pública chegou a ser tão boa, por que tão poucos negros chegaram à USP mesmo nesse período? Porque poucas pessoas de baixa renda – e poucos negros – chegavam à escola pública, que atingia parcela mínima da população. A qualidade do ensino público era *boa*

porque o acesso se dava por meio de um processo extremamente seletivo. Azanha (2004), considerando a expansão ensino ginasial ocorrida em 1968-70, indica que "os exames de admissão a esse nível, obrigatórios por lei federal, haviam se transformado numa barreira quase intransponível para a grande massa de egressos do primário" (AZANHA, 2004, p. 339). Para o autor, essa expansão é um dos fenômenos que tipifica, na história da educação brasileira, os conflitos em torno da necessidade de expansão, o temor da massificação e o dilema entre qualidade *versus* quantidade no processo de democratização do ensino.

Diante do exposto, as chances de acesso ao Ensino Superior pela população negra, nos anos 1960, pareciam bastante reduzidas. Sendo assim, para melhor compreender a trajetória de longevidade escolar da professora Eunice Prudente, faz-se necessário considerar, também, uma questão abordada por Pinto (1987) que, em revisão bibliográfica sobre *educação do negro*, aponta para um dado que chama a atenção: na história de diversas entidades de mobilização política organizadas por negros, registra-se a preocupação com a promoção da educação no seio da população negra. Analisando a trajetória de docentes negros da Faculdade de Direito da USP nos séculos XIX e XX, Cruz (2009) indica que a professora Eunice Prudente vem de família de militantes: além da militância de seus pais, seu avô materno militou na Frente Negra Brasileira, e até mesmo Arlindo da Veiga Santos, (que foi presidente desta entidade, que veio a ser a grande antecessora do Movimento Negro Brasileiro), era amigo e algumas vezes hóspede da família. Além disso, sua tia paterna, Ana Florença de Jesus Romão, chegou a ser dirigente nacional da JOC.

Embora não se declare militante de nenhum movimento, a professora Eunice foi uma aluna com preocupações políticas. Participou do referido *Grupo dos 21* que, apesar de ter existido apenas durante o curso da graduação, assumiu feições de um coletivo organizado em torno do debate étnico-racial na Faculdade, pelo qual a professora Eunice tem se mobilizado desde então. Deste grupo, foi a única que seguiu carreira acadêmica, pois a maioria dos colegas acabaram fazendo concursos públicos, conforme relata:

Olha, nós fazíamos reuniões no Centro Acadêmico XI de Agosto⁶,

⁶ Conforme indica a página eletrônica, o Centro Acadêmico XI de Agosto "é a entidade estudantil mais antiga e tradicional do País". Foi fundado no dia 11 de agosto de 1903, no aniversário de 76 anos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Desde então, cumpre o papel de "agente ativo nas transformações político-sociais do Brasil, agindo em prol dos interesses democráticos e dos direitos humanos". Disponível em: <http://www.xideagosto.org.br/XI_de_Agosto/Institucional.html>. Acesso em: 08 Março 2013.

organizávamos. Participamos daquela virada de organizar o 20 de novembro como uma data que expressasse a africanidade, participamos muito disso. Fazíamos política no Centro Acadêmico XI de Agosto. [...] Então, era lá que fazíamos as nossas reuniões pra discutir a questão da discriminação, principalmente no mercado de trabalho. [Existia] Muita preocupação com os futuros concursos. Aquele Grupo dos 21, nós estávamos todos no mesmo ano, porque naquela época o curso era anual, mas tinha gente já, mais velha, que se tornou um dos maiores advogados daqui de São Paulo. [...] O pessoal é, foi, principalmente para os concursos públicos, poucos ficaram na chamada advocacia e ninguém ficou aqui na área acadêmica, ficou só eu. Porque é muito difícil, até hoje, é difícil até hoje. Mas não impossível, animo muito as pessoas, porque é algo pra ser enfrentado e participado.

A opção de dar sequência à formação e ingressar na pós-graduação, cursando duas especializações, mestrado e doutorado foi, de certo modo, favorecida pela sensibilidade do professor Dalmo de Abreu Dallari, cuja postura acadêmica era atenta às diversas desigualdades na sociedade brasileira:

Ele formou uma escola de direito dentro da Faculdade de Direito. De desmistificar o Direito, de valorizar a democracia, se opor às formas de discriminação. Ele foi uma pessoa muito importante aqui, fez uma história em torno dos direitos fundamentais. Então, acredito que eu e outros professores que atuamos a partir de orientação de mestrado e doutorado com ele, a gente teve toda a liberdade.

Interessante pontuar que a trajetória da professora Eunice Prudente se aproxima das trajetórias dos/as docentes negros/as da Universidade Federal de Minas Gerais, analisadas por Praxedes *et.al* (2009) em vários aspectos: a humilde origem socioeconômica; a participação e apoio da família que, cotidianamente, indicou a educação como caminho para alguma ascensão social, apesar das dificuldades; a possibilidade de acesso a uma escola pública de qualidade; o destaque de alguma figura docente que se mostrou solidária e incentivou o prolongamento dessa trajetória escolar; e a presença instigante da militância política. Além de ser filha de militantes operários, da participação no *Grupo dos 21* alunos/as negros/as da Faculdade de Direito, preocupados com a temática racial, a professora Eunice, que nunca foi militante de nenhum movimento social, nem filiada a qualquer partido político, construiu de maneira muito autônoma, profícuos diálogos com os governos estadual e municipal, com o movimento negro e com o movimento feminista (este último será

considerado com mais detalhes no próximo tópico). Sua dissertação de mestrado, defendida em 1982, adiantou discussões sobre a criminalização do racismo, instituída a partir da Constituição de 1988. E apesar de não ter influenciado imediatamente os debates do Movimento Negro Unificado, é uma importante referência bibliográfica sobre o tema⁷:

Porque, como a minha dissertação de mestrado foi voltada para a criminalização da discriminação racial, que na época era contravenção penal [...]. Eu tive que ir pra criminologia, escrever o que era crime de discriminação racial, porque não o era aqui, e é o primeiro trabalho, é a primeira tese nesse sentido, embora fosse uma dissertação, defendida em 1982 e publicada em 1989. Então, antes de a Constituição dizer que racismo era crime, o único trabalho era o meu. Eu tive a honra, então, [...] Eu notei pouca atenção do movimento negro com essa questão do meu trabalho. Mas o importante é que tá na Constituição, fechado né, aí a questão. A constituição é de 88 e em 89 nós já temos a lei Caó, né, 7.716 e tal.

Por outro lado, algumas singularidades na trajetória da professora Eunice Prudente aparecem, por exemplo, na sua opção por ser apartidária e independente, o que difere significativamente das trajetórias dos/as docentes negros/as da UFMG analisadas por Praxedes *et.al* (2009). Pois, no caso desses/as, a militância aparece associada à filiação a partidos e/ou ao movimento negro. Porém, assim como os/as docentes negros/as da UFMG, houve também, por parte da professora Eunice Prudente, a constatação do limite da discussão racial com a militância da esquerda, questão que ultrapassa o debate sobre experiências docentes, pois até mesmo o movimento negro encontrou limites neste diálogo, conforme indica Alberti (2009), ao considerar a experiência de docentes negros/as da UFMG com os movimentos de esquerda.

Assim, a construção de certa autonomia política conferiu à professora Eunice Prudente a possibilidade de ser a primeira mulher negra superintendente no Instituto da Previdência Municipal, e a primeira secretária de Justiça do Estado de São Paulo:

Porque eu sou muito independente. Eu fui orientanda do professor Dalmo Dallari, sempre trabalhei com ele, até ele se aposentar. Mas, por exemplo, nunca integrei o PT, nem nada. Porque eu venho de um tempo em que a experiência do meu pai, que eu, desde pequena acompanhei, o Partido Comunista não discutia questão de gênero e a questão racial, era proibida mesmo. Então, eu vi o meu pai aguentar poucas e boas por tentar discutir a questão racial no sindicato dos metalúrgicos. Então eu sou crítica a eles, sei

⁷ Sobre a institucionalização do movimento negro contemporâneo, ver Rios (2012).

lá como eles me veem. Então, eu sou independente mesmo. E nessa minha independência, eu fui do Instituto de Previdência Municipal, quando o Jânio Quadros era prefeito. Por quê? Porque eu sou da Vila Maria [região que tradicionalmente foi base de apoio de Jânio Quadros]. Quando ele retornou à política e foi prefeito da cidade, ele chamou as pessoas, e aí já tinha muitos formados pelos colégios estaduais da região da Vila Maria e de outros. Eu fui uma delas. Então eu acabei sendo superintendente. Quando eu fui superintendente deste instituto de Previdência Municipal, o professor Cláudio Lembo era secretário dos negócios Jurídicos, acabamos estabelecendo uma certa amizade, ele é do Mackenzie também, e tal, e quando ele foi vice-governador do Geraldo Alckmim, alguns anos atrás, foi que ele me convidou pra ser Secretária da Justiça, fui Secretária da Justiça durante nove meses, durante o tempo que ele foi governador. Então ele tava substituindo o Alckmim, que deixou o governo de São Paulo pra ser candidato a presidente.

E no segundo semestre de 2012 a professora Eunice Prudente assumiu, também, a direção do Departamento de Prevenção e Transparência da Corregedoria Geral da Administração da Casa Civil do Estado de São Paulo. Além da carreira acadêmica na USP, a professora Eunice Prudente construiu outras, paralelamente, no exercício da advocacia, no governo, ou mesmo em outras universidades, como será considerado mais adiante. De modo sucinto, a USP passa definitivamente a fazer parte do seu cotidiano a partir de 1968, quando ingressa na graduação em Direito. Desde então, a professora Eunice Prudente nunca mais se desvinculou da Faculdade do Largo São Francisco, mesmo exercendo outras atividades. Concluiu a graduação em 1972, logo na sequência fez duas especializações, o mestrado, ingressou na docência, fez doutorado e, por fim, o concurso para efetivação. Além das funções de aluna e professora, acumulou também, por alguns anos, a função de funcionária concursada, chegando ao cargo de Assistente Acadêmico, topo da carreira técnico-administrativa na USP, como será considerado mais adiante.

Considerações sobre gênero e raça na trajetória da professora Eunice Prudente

Bell Hooks (1995) conta que, quando começou seu trabalho como professora de tempo integral na Universidade de Yale, ela era uma das duas afro-americanas na universidade. Nas ocasiões em que questionava a ausência de acadêmicas negras na universidade, ouvia que “se as negras não estão aqui, não é porque a Yale é racista, é que as negras não são suficientemente capazes” (HOOKS, 1995, p. 77). No caso do homem negro, a

autora indica que, embora eles sofram racismo, gozam a condição de homem, tornando-os mais próximos de uma tradição intelectual estabelecida. O trabalho intelectual do homem negro tornar-se-ia, então, menos suspeito que o da mulher negra. A autora conta ainda que, nas suas aulas, costuma fazer um exercício de solicitar à classe que dê nomes de intelectuais negros. De imediato aparece um panteão de homens, mas quando Bell Hooks solicita exemplos de intelectuais negras, os nomes pronunciados tornam-se mais raros e custosos. Talvez fosse o caso de perguntar se, na USP, tal constatação procederia.

Analisando a trajetória acadêmica e intelectual de negras norte-americanas, Bell Hooks (1995) traz reflexões coloridas de autoanálise da sua própria condição de intelectual negra, sugerindo a importância do debate sobre diferenças em suas contingências, construídas em seus processos de manifestação. Segundo esta autora, o testemunho pessoal, a narrativa, é terra fértil para a produção de teorias que contemplem, de fato, as experiências negras, concedendo-lhes o *status* de autora/autoridade. As potencialidades desta proposta decorrem, ainda, da conciliação de trajetórias individuais a contextos mais entrelaçados da história compartilhada. Neste sentido, trazer a experiência de docentes negros/as na USP pode ser de grande valia para refletir sobre os dilemas da sua história (compartilhada) de (des)conciliações com a universidade, tanto na condição de docente no exercício de atividades intelectuais e acadêmicas, quanto nas suas experiências de gênero e raça.

Para o conceito de gênero, um bom ponto de partida é oferecido por Scott (1995), que propõe uma definição assentada em dois pressupostos: gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos”; e gênero “é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (Scott, 2005, p.86). O conceito de gênero, tal qual proposto por Scott, revela-se “uma categoria explicativa muito fértil para a análise dos aspectos da docência. Muito mais pródiga de razões que a pura e simples composição sexual poderia sugerir” (VIANNA, 2001, p. 90). Assim, uma decorrência dos pressupostos de gênero na análise da docência é o inevitável encontro com os significados de masculinos e femininos que permeiam a prática docente (VIANNA, 2001). Esta dicotomia tende a engessar concepções sobre o que devem ser atribuições de um professor e de uma professora, perpetuando assimetrias de gênero, aqui reconfiguradas em termos étnico-raciais.

Tendo isso em vista, perguntamo-nos sobre o modo como as noções de gênero e raça aparecem na narrativa da professora Eunice Prudente e informam suas práticas acadêmicas. A referida professora ingressou na graduação em Direito na Faculdade do Largo São Francisco em 1968, e em sua trajetória como pesquisadora, ela tem:

(...) enfrentado os seguintes temas: diferenças e desigualdades sociais, relações étnico-raciais, o negro na ordem jurídica brasileira, direitos coletivos - difusos e individuais homogêneos, advocacia pelos direitos humanos fundamentais, **feminismo**, [grifo nosso] participação popular e planejamento (Currículo *Lattes*⁸, texto informado pelo autor).

A professora Eunice Prudente participa do seu órgão de classe, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), discutindo questões de gênero. Sua trajetória indica conciliações com um importante capítulo da história do feminismo brasileiro, quando teve a oportunidade de acessar espaços de debates feministas, como a Frente de Mulheres Feministas, na década de 1980:

Tive a felicidade, deve ter sido em 1981... não sei... houve uma reunião da SBPC, da Sociedade Brasileira para a Ciência, aí eu fui e eu tive a felicidade de integrar a Frente das Mulheres Feministas. Foi um momento em que o PSDB tava chegando aqui ao governo de São Paulo, etc. Então a professora Ruth Cardoso, a Eva Blay e outras aí que são chamadas de “dinossauros” de nossa [época], do feminismo né, Eva Blay, a Cecília Prada que era diplomata, a Marta Suplicy, que não integrava diretamente, assim, a política, mas já era do PT, acho que só ela era do PT, era o que eles chamavam lá de “Sorbonne do PSDB”, uma série de professoras vinculadas à política do PSDB. Mas, enfim, criou-se a Frente das Mulheres Feministas, era suprapartidária, [...] E as reuniões eram aí no Pacaembu, na casa da atriz Ruth Escobar. Então a Ruth Escobar também [a] integrava, [com] algumas outras atrizes, também, Regina Duarte, enfim. As reuniões eram lá. Ali foi um laboratório, uma riqueza, eu vi e ouvi muita coisa. Aí eu comecei a dar entrevistas, comecei a ler e a dar entrevistas e a escrever sobre as questões de gênero. Assisti, também, a Teresa Santos, a Sueli Carneiro, praticamente instituindo o feminismo negro aqui no Brasil. Então, tive alguma participação. Aí, depois, veio Franco Montoro, ganhou as eleições e tivemos a instituição do Conselho da Condição Feminina. [...] Desfez-se a Frente das Mulheres Feministas, elas foram para os seus respectivos partidos e eu continuei na OAB. Então foi aí, mais nas discussões da OAB, que eu pude entender mais sobre as questões de gênero e saber o quanto ela é grave e vi, como todos os brasileiros, que a instituição da lei Maria da Penha é conquista. Mas ainda tem muito que construir.

⁸ Currículo do Sistema de Currículos Lattes (Eunice Aparecida de Jesus Prudente). Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K476...>>. Acesso em: 18 Dezembro 2011.

A narrativa da professora Eunice, transcrita acima, oferece uma breve crônica, um instante da vivência de um feminismo brasileiro situado nos anos 1980, descortinando um horizonte histórico e analítico. Embora, na trajetória da professora Eunice Prudente, seu protagonismo se evidencie em outras searas, a referida professora também testemunhou, em tempo real, parte da história da construção acadêmica, bem como a político-partidária, da agenda de gênero e feminismo no Brasil.

Considerando a história da institucionalização dos estudos de gênero no país, Heilborn & Sorj (1999) indicam que a relação entre o movimento feminista e a academia, apesar da flagrante inspiração norte-americana e europeia, guarda as suas especificidades. A primeira é que o movimento feminista brasileiro não teve a mesma coloração radical, mas uma orientação mais moderada, concernente ao confronto entre os sexos, bem como uma maior afiliação ao discurso dominante das esquerdas. A segunda, é que o feminismo brasileiro, desde o princípio, esteve articulado com a academia, “a tal ponto que algumas versões de sua história consideram que o feminismo apareceu primeiro na academia e, só mais tarde, teria disseminado entre mulheres com outras inserções sociais” (HEILBORN & SORJ, 1999:186). Sendo assim, quando o movimento feminista passa a ter visibilidade no Brasil, sobretudo nos anos pós-1975, muitas de suas militantes e simpatizantes já eram docentes universitárias; uma vez que essas mulheres estavam em posição privilegiada no acesso, elaboração e disseminação das ideias feministas que circulavam internacionalmente nos países capitalistas avançados desde a década de 1960 (HEILBORN & SORJ, 1999).

Nos anos de 1970, no Brasil, grupos feministas de orientação marxista tiveram maior espaço de representatividade nos encontros dentro do movimento. Ao final da década acontece a criação de entidades, como o *Coletivo de Mulheres*, que entendia o feminismo como um movimento libertário no qual não deveria caber a distinção entre lutas gerais ou de classe *versus* lutas tidas como específicas, como a das mulheres, muitas vezes subestimadas. Além disso, dentro do feminismo caberia refletir sobre o lugar ocupado pelas reivindicações das mulheres negras, camponesas, idosas, lésbicas e homossexuais (PEDRO, 2006).

É sabido que, historicamente, existem divergências sobre o espaço existente dentro do feminismo para as reivindicações de grupos interseccionalmente subalternizados. Houve parcialidade e seletividade nas inspirações do feminismo brasileiro, sobretudo no intercâmbio com o norte-americano, principal referência da teoria e prática construídas no

Brasil,

O que quero chamar atenção aqui é que essa inspiração para os núcleos no Brasil é extremamente parcial: em nenhum momento as críticas ao racismo que estavam sendo feitas nos Estados Unidos ao feminismo ocidental, desde pelo menos 1981, nos serviram de inspiração. Isto fica claro no desconhecimento entre nós das produções de mulheres de cor nos Estados Unidos - não existem traduções entre nós destas produções. Mas a parcialidade da inspiração aparece, sobretudo, na ausência desta discussão entre nós mesmas (AZEREDO, 1994, p. 215-216).

Correa (2001) também aponta para essa questão, indicando o problema da grande lacuna bibliográfica na relação entre gênero e raça. Nas suas palavras: “é claro que em relação à questão racial havia uma cegueira estrutural na sociedade brasileira, e a relação raça e gênero só começa a se tornar teoricamente relevante a partir da leitura dos textos de autoras norte- americanas, elas sim, questionadas pelo feminismo das mulheres negras” (CORREA, 2001, p. 26). Assim, a autora endossa a opinião de que, aqui, a questão racial só se torna teoricamente relevante quando as feministas brasileiras não poderiam mais se esquivar da discussão, pois suas referências teóricas (brancas) já haviam sido interpeladas pelo feminismo de mulheres negras.

Do mesmo modo que teóricas feministas relatam a resistência das esquerdas com relação à discussão de gênero, nunca é demais lembrar, também, que as teóricas do movimento feminista negro criticaram as contradições e limites de diálogo com o movimento e a teoria feminista, o movimento negro e movimentos de esquerda (HOOKS, 2004). Além disso, conforme indica Pinto (2003), o movimento feminista brasileiro deve ser entendido no seguinte quadro de referência:

(...) é um movimento que luta por autonomia em um espaço profundamente marcado pelo político; defende a especificidade da condição de dominada da mulher, numa sociedade em que a dominação é comum a grandes parcelas da população; no qual há diferentes mulheres enfrentando uma gama de problemas diferenciados (PINTO, 2003, p. 46).

Conforme indica Correa (2001), não é tarefa fácil traçar um perfil das feministas desta época, pois eram grupos bastante heterogêneos compostos por atrizes, jornalistas, professoras universitárias, estudantes, sindicalistas e militantes de diversos movimentos populares. Apesar da diversidade, a autora aponta tendências, sobretudo no eixo Rio/São

Paulo: “eram mulheres de esquerda e eram mulheres profissionais ou em vias de se tornarem profissionais” (CORREA, 2001, p. 15). Apesar disso, eram de fato grupos:

(...) com lealdades muito diversificadas – em relação à Igreja, ao Partido Comunista, ou à Universidade. Assim, uma das questões que reiteradamente aparecia nas nossas discussões era a clivagem entre *militantes* e *pesquisadoras*, clivagem que se tornou importante à medida que a pesquisa sobre a situação da mulher no país ganhou preeminência sobre os movimentos de mulheres (CORREA, 2001, p. 17).

De um modo geral, a década de 1980 é marcada pelo processo de reconstrução da democracia liberal brasileira. Conforme indica Soares (1998), a agenda feminista esteve em sintonia com os demais movimentos sociais na luta pelo reconhecimento de suas reivindicações junto ao Estado. Dessa forma,

(...) o movimento feminista, a partir de 1981, ficou mais complexo em sua organização e mais diverso ideologicamente. Com a reorganização partidária, foi polarizado pelas diversas propostas que surgiram no âmbito das questões gerais da reconstrução da democracia liberal. Muitas mulheres privilegiaram a atuação nos partidos. A partir de então, apareceu uma nova militante nos partidos políticos, a feminista, e nestes espaços o tema 'mulher' tornou-se alvo de debate, item obrigatório dos programas e plataformas eleitorais dos partidos progressistas, como resultado da visibilidade que as questões das mulheres ganharam, trazidas pelos seus movimentos (SOARES, 1998, p. 43).

Assim, a década de 1980 trouxe novos temas, como a partidarização e a institucionalização do movimento feminista no cenário nacional. Conforme indica Pinto (2003), como consequência da reforma partidária que dividiu a oposição ao regime militar em pelo menos duas grandes tendências, uma acolhida pelo PMDB e a outra pelo PT, nas eleições estaduais de 1982, as militantes de São Paulo se posicionaram em referência a esses dois partidos. Com a eleição de Franco Montoro, as feministas de orientação mais peemedebista começam a ocupar cargos estaduais. A criação do Conselho Estadual da Condição Feminina, citada pela professora Eunice Prudente, ocorreu em 1983 e foi proposta ao governador recém-eleito por militantes peemedebistas. O fato de ter sido o primeiro órgão desse tipo a ser criado no Brasil, atesta o quanto o movimento feminista em São Paulo era organizado “e tinha algumas figuras de projeção nacional nas áreas de cultura, da política e da academia” (PINTO, 2003, p. 70).

As pesquisas sobre a mulher também estavam em pleno processo de

consolidação como tema pertinente à academia brasileira. Conforme aponta Pinto (2003), a primeira tese sobre o assunto foi defendida em 1967, intitulada *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, de autoria de Heleith Saffioti, sob a orientação de Florestan Fernandes, na Universidade de São Paulo. A partir de 1975, as feministas, durante dez anos, organizaram encontros nacionais nas reuniões anuais da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). Ainda segundo a autora, a “mais importante iniciativa na área do estudo de mulheres e das relações de gênero no Brasil foi, sem dúvida, o conjunto de concursos e dotações de recursos promovidos pela Fundação Carlos Chagas e financiados pela Fundação Ford, de 1978 a 1998” (PINTO, 2003, p. 86). A autora destaca, ainda, que foi na Fundação Carlos Chagas que começou a ser publicado o mais importante periódico feminista dessa década, o jornal *Mulherio*, que circulou entre os anos de 1981 e 1988. Enfim, outros espaços importantes de produção e difusão sobre a mulher começaram a surgir nas associações nacionais de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento, como ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), ANPED Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística), etc.

Deste modo, o depoimento da professora Eunice Prudente endossa a bibliografia a respeito da dinâmica histórica do movimento feminista em São Paulo nas suas interfaces com as institucionalizações política e acadêmica, exemplificando-a. Sobre a *Frente de Mulheres Feministas*, grupo citado pela professora e do qual fazia parte, Santos (2006) destaca a participação das feministas afiliadas ao PMDB e PT no processo eleitoral de 1982, que resultou, também, na criação do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, do mesmo modo citado no depoimento da professora Eunice Prudente, e cuja primeira presidente foi a professora Eva Blay.

Nome importante do NEMGE - Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero criado na USP em 1985, Eva Blay veio a ser figura ativa no PMDB Mulher (SANTOS, 2006, p. 417), e fez uma parte importante de sua carreira política no PSDB, chegando a ser senadora pelo partido. A autora aponta para a não rara coincidência de nomes de militantes feministas em espaços como a *Frente de Mulheres Feminista* e o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. A recorrência de nomes chega, ainda, aos conselhos

editoriais de publicações da época⁹, dentre eles o *Mulherio*. Importante destacar que o *Mulherio* foi o único jornal feminista da década de 1980 que contava, em seu corpo editorial, com a presença de uma autora feminista negra, Lélia Gonzalez, nome fundamental no debate entre gênero e raça, a exemplo de Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Teresa Santos, Luiza Bairros, e tantas outras.

Em suma, neste cenário, a professora Eunice Prudente esteve presente na interface de discursos, interesses e tensões que caracterizaram a história do feminismo brasileiro. Esteve na fronteira entre a versão acadêmica do feminismo representado pelas professoras da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP; tinha contato com as ideologias feministas de esquerda e, ainda, com posicionamentos partidários; assistiu a instituição do movimento de mulheres negras, suas reivindicações e denúncias, inclusive contra aspectos hegemônicos do movimento feminista brasileiro e o movimento negro. E nessa intersecção de discursos, a professora Eunice acumulou capitais sociais que lhe possibilitaram ser a primeira mulher, e mulher negra, na Secretaria de Justiça de São Paulo. A relevância deste fato aumenta na medida em que o cargo de Secretário de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo existe desde 1892 e, em um conjunto de 74 titulares (alguns por mais de um período) constam nomes de importantes figuras, como Miguel Reale, docente da Faculdade de Direito que vezes foi reitor da USP por duas, além de membro da Academia Brasileira de Letras; um ex-presidente da República, Washington Luiz, e ministros do Supremo Tribunal Federal, como Francisco Cardoso Ribeiro e Uladislau Herculano de Freitas¹⁰.

Neste sentido, a trajetória da professora Eunice Prudente, guardadas as devidas proporções, aproxima-se da trajetória de outros alunos e docentes da Faculdade de Direito, instituição cuja vocação tem sido preencher os quadros burocráticos da política nacional e paulista, sendo, desta forma, tradicional celeiro de verdadeiros aprendizes e artífices do poder, conforme indica Adorno (1988). Se a trajetória da professora Eunice Prudente concilia-se, em certa medida, com as trajetórias de outros alunos e docentes da Faculdade na possibilidade de exercício do poder, desconcilia-se na medida em que a professora está na

9 Para saber mais sobre periódicos feministas no Brasil, ver: Cardoso (2004).

10 Informações retiradas da página eletrônica da Secretaria. In: <http://www.justica.sp.gov.br/novo_site/> Acesso em 08 mar. 2013.

condição de exceção. Se, da Faculdade de Direito, saíram grandes políticos e figuras importantes, a função destes esteve, na maioria das vezes, relacionada à manutenção da ordem de privilégios de segmentos da sociedade brasileira, o que não foi o caso da professora Eunice Prudente, cuja atuação se dá no sentido de ampliar o acesso à justiça de mulheres, negros e pobres. Quais seriam, então, as especificidades de ser mulher negra e docente da USP? Para dar alguma resposta a essa questão, o próximo tópico traz elementos do cotidiano docente a partir do relato da professora Eunice Prudente.

Ser docente negra na USP

Interessante observar que a professora Eunice Prudente já era funcionária da USP antes de assumir a função docente. Funcionária concursada da universidade continuava, paralelamente, sua formação na graduação e na pós, o que parece ter favorecido, também, sua carreira administrativa. Mas se esta carreira se beneficiava da formação acadêmica, é possível que o inverso também tenha ocorrido com o cargo administrativo, permitindo acesso a conhecimentos sobre os meandros burocráticos da vida acadêmica. Aqui reside um elemento crucial da trajetória da professora Eunice Prudente, que é a mobilização de conhecimentos que permitiu que cruzasse algumas fronteiras dentro do seu departamento (Direito do Estado): ser aluna de graduação/funcionária técnico-administrativo/aluna de pós-graduação/docente. Antes de ser assistente do professor Dalmo de Abreu Dallari ampliando, assim, os caminhos para a docência, chegou a ser secretária do departamento ao qual está vinculada toda sua formação, e no qual é docente hoje. Depois de terminar o mestrado e quando a docência na universidade se tornava possível, abriu mão da carreira no funcionalismo técnico-administrativo. Ela parece ter sido capaz de suplantar e fazer conviver as intensas hierarquias entre funcionários/as administrativos/as e docentes que existem no espaço universitário, utilizando essa dupla inserção em favor de sua ascensão acadêmica.

Além das carreiras dentro da universidade, a professora Eunice construiu outras, em outros espaços de atuação dentro da sua profissão, conforme relata, neste balanço profissional:

Eu prestei um concurso em 1979, na época em que a USP fazia concurso para os seus funcionários, uma época boa, então. (...) Eu comecei como

assistente administrativo no Instituto Oceanográfico. Aí, depois, eu fui secretária [...] Mas eu já era aluna aqui e era um sacrifício, porque saía da cidade universitária, pra trabalhar aqui, era aquela confusão toda. Já era aluna, tava no segundo ano. Aí o diretor aqui, o professor José Pinto Antunes entrou em contato com o professor Miguel Reale, que era o reitor da época. Consegui uma transferência pra cá [faculdade de direito]. Aí, sim. Eu trabalhava durante o dia e estudava aqui à noite. Ficou mais assentada, minha vida, porque até aí era uma tribulação constante de ir pra lá, pra cá. Aí sim, eu pude fazer carreira. Eu fui secretária de departamento. Então, deste departamento aqui, de Direito do Estado, eu fui secretária. Eu mantinha, assim, uma formação, né, era muito referente. Fui secretária neste departamento durante alguns anos. Aí, quando eu fiz o mestrado, eu fui indicada pra ser contratada [como professora], aí eu pedi demissão [do cargo de secretária]. Aí eu fui já, tendo atividades na advocacia pública, né. Eu prestei concurso na EMPLASA, Empresa de Planejamento da Grande São Paulo. Depois fui advogada da Companhia do Metrô, lá eu me aposentei na advocacia pública, já. Como advogada pública eu sou aposentada por tempo de serviço. Então eu fiz, paralelamente, duas carreiras. Mas enquanto atividade administrativa da USP, eu fui até ser assistente acadêmica, né, aqui da escola mesmo.

Sua carreira docente na USP começa em 1985, poucos anos depois do término do mestrado (1982) e de ter sido assistente do professor Dalmo Dallari. Interessante observar que seu concurso para efetivação acontece em 1992, dez anos após o mestrado. Porém, antes do término do doutorado, em 1996, e pouco antes da universidade começar a exigir o título de doutor nos concursos para novos docentes:

Meu concurso pra efetivação foi antes do doutorado, também fui da última turma de mestres que podiam ser efetivados, parece que foi em 1992, porque de 1985 a 1992 eu fiquei como professora contratada. Aí depois, prestei o concurso pra efetivação, parece que foi em 1992.

Sobre o processo do concurso, relata que foi um momento tranquilo, considerando que, na Faculdade, os concursos para professores costumam ser tensos:

Olha, o concurso foi, ao meu ver, tranquilo. Os concursos aqui na faculdade são dramáticos (risos). O meu foi tranquilo. Muitas exigências, examinadores assim, exigentes, muito duros com o curso aqui, sabe. Mas enfrentei bem.

Questionada sobre outros/as candidatos/as negros/as em outros concursos para docentes na Faculdade, a professora Eunice Prudente afirmou não lembrar este tipo de situação:

Não, nunca vi. E olha que, inclusive, fui funcionária da Universidade. [...] Nunca vi um concurso com participação... Não, nunca... Não... Aquele senhor¹¹ lá da Bahia, que é tributarista, ele foi vice-prefeito de Salvador e depois veio aqui em São Paulo, e foi secretário de assuntos jurídicos na época do Celso Pita, eu sei que ele participou de concursos aqui, mas eu não cheguei, assim, a assistir. Ele era tributarista, mas participou de concurso, acho que era disputando uma titularidade na área de direito civil. Eu soube assim, notícias e tal.

A única lembrança de ver candidatos/as negros/as em concursos para docência na USP foi na Escola de Artes e Ciências e Humanidades, EACH, na USP Leste, fundada em 2005, quando integrou uma banca de concurso para efetivação:

A não ser quando eu integrei a banca. Integrei a banca de titulação da professora Gislene Santos, ela é negra, né, aí sim. Como eu participei... Acompanhei porque eu participei. Ela é uma filósofa, ela é uma pensadora, ela é brilhante. Um concurso, assim, inesquecível. Me senti muito orgulhosa de ter integrado aquele concurso e de ter dado nota 10 pra ela. E era para a efetivação dela como professora na chamada USP Leste.

A ausência de candidatos/as negros/as em concursos dentro da universidade concilia-se com a história de acesso da população negra ao Ensino Superior, marcada por ausências e invisibilidades, e aponta, também, para uma história de exceções: se, por um lado, a professora Eunice integrou, durante a graduação, uma turma excepcional, o já referido *Grupo dos 21*, apenas ela seguiu carreira docente na Faculdade do Largo São Francisco. Além disso, destaca-se a existência de dois outros docentes negros na Faculdade, antes dela, os quais fizeram história na escola e se tornaram nomes conhecidos, seja pela contribuição para o campo do direito nacional, seja porque já foi tema de pesquisa, conforme relata, quando questionada se conhecia ou foi aluna de professores negros na Faculdade de Direito:

Sim, e até já viramos história e a história é contada lá no curso de História da PUC. Teve um mestrado sobre os professores negros aqui da escola. Então, teve no século XIX, o José Rubino de Oliveira, que dá nome a uma rua de São Paulo, e o estruturador do direito do trabalho no Brasil, o Antônio Cesarino Júnior, mas ele era um gênio. Era médico, advogado, com uma formação assim, espetacular, um dos maiores juristas brasileiros do século XX e negro. Tem uma sala no prédio velho com o nome dele, com a pintura, né, na parede. Então, se vê que era um homem negro. Eu não fui aluna dele, porque ele já estava à beira da aposentadoria. Fui da assistente dele, da

¹¹ Ao que tudo indica, trata-se do tributarista Edvaldo Pereira Brito.

Marli Cardoni. Mas, de vez em quando ele visitava a classe, né. Ele [es]tava passando, já, pra ela, para outros professores da cátedra de direito do trabalho, e só. Depois eu fui aluna do Kabengele [Munanga], mas aí eu já tava no mestrado, né, lá nas Ciências Sociais.

De fato, a professora Eunice Prudente *virou história*, na análise comparativa que Cruz (2009) fez da trajetória de José Rubino de Oliveira, docente negro da Faculdade de Direito no século XIX, em pleno período escravocrata, e da professora, um século depois. Entre ambas trajetórias está a do professor Antônio Cesarino Júnior, docente negro que chegou a lecionar em Campinas e, também, na Faculdade de Economia e Administração da USP (FEA), conforme indica Barbosa (1997). Ao mesmo tempo em que aponta para esses nomes, que configuram algumas referências, a professora Eunice Prudente reconhece que há um processo de invisibilidade do/a negro/a, não apenas na Faculdade de Direito, como em toda a Universidade de São Paulo, o que indica a existência de *racismo institucional*:

Acho que é muito grave o racismo institucional. Não é tanto a nível de pessoas [sic]. (...) mas, de qualquer forma, demonstra sim, a existência do racismo institucional. Somos muito poucos. Não se explica, não se explica tão poucos professores. Então, a USP precisa democratizar mais os acessos aí, para a docência, inclusive. Eu, por estar aqui desde 1985, foi meu primeiro contrato, depois me efetivei. Eu vi uma certa passagem. Nós temos, na Universidade de São Paulo, muitos alunos de origem asiática, nisseis, muito agora, muitos coreanos, chineses, vietnamitas, nossa, a USP tem gente do mundo todo. Mas nas ciências humanas eram muito poucos, eles escolhiam mais a área de exatas e biológicas. Eu vi a passagem da chegada dos alunos asiáticos aqui, no direito, na faculdade de direito da USP. Como professora, devo dizer que me sinto confortável e contente com o semblante deles na sala de aula, que agora são muitos aqui. Não tem os semblantes negros. Sempre tem um aluno, não tem nenhum, tem classe que não tem nenhum aluno [negro]. Nem o chamado pardo, não tem, a USP não tem. [...] Mas a verdade é que olhar uma classe no Brasil, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e ver a diversidade, para mim, professora negra, é um alívio, a despeito de ainda não termos negros. Mas vejo, acho que me senti mais confortável e melhor tratada [sic] pelos alunos com a presença dos asiáticos. Eu estou aguardando as políticas de ação afirmativa (...).

A professora Eunice Prudente aponta a ausência de docentes e discentes negros/as na USP como reflexo do chamado *racismo institucional*. Analisando esse conceito, Wiervioka (2007) indica que racismo institucional não diz respeito apenas a doutrinas, ideologias, argumentos, científicos ou não, utilizados para justificar atos racistas, pois o racismo pode ser percebido por meio de outras vias, no próprio funcionamento da

sociedade. O racismo passa a ser entendido como elemento estrutural, inscrito nos processos rotineiros. Está no esqueleto do cotidiano, que assegura um lugar permanente de inferioridade negra, cujo deslocamento é moroso e esbarra em impedimentos não declarados. Assim, o racismo aparece como um sistema generalizado de discriminações, que se alimenta de outras discriminações.

Esse conceito traz a possibilidade de imaginar que as classes dominantes podem não ter total consciência de suas atitudes de dominação, e ter uma consciência compatível com ideias antirracistas. Asseguram, assim, um racismo camuflado, invisível, despersonalizado, ao passo que tiram vantagem dele. As causas do racismo são camufladas, mas seus efeitos, concretos. A força do conceito é fazer evidente que o declínio das doutrinas científicas não implica o desaparecimento do próprio racismo. O autor aponta a necessidade de contrariar a tendência das instituições, pois, do contrário, a população negra continuaria a ocupar lugares subalternos. A fraqueza do conceito é seu paradoxo: o grupo dominante é exterior ao racismo, beneficiando-se dele. Se a responsabilidade passa a ser das instituições, exonera-se a todos da suspeita de racismo e, ao mesmo tempo, responsabiliza-se a todos por sua ocorrência. O racismo institucional é um conceito que desafia a enxergar além da opacidade dos mecanismos das instituições, que favorecem setores restritos da população, os quais se beneficiam do racismo sem que isso lhes afete a consciência.

No que diz respeito às relações estabelecidas com os pares e os alunos, a questão do racismo, como narrada pela professora Eunice Prudente, apresenta algumas nuances: embora os alunos nunca a confrontassem diretamente por ser negra, essa é uma questão que aparece, indicando conflitos não tão evidentes nas relações raciais:

Aí, quando começam a surgir os rostinhos asiáticos, isso deve ter sido em 1995. Porque quando eu me dei conta, já na classe, tinham vários, meninos, meninas e tal. Sinto neles um tratamento muito respeitoso comigo, mas muito mesmo. O que mostra que existe o racismo entre os alunos. Pelo jeito que eles tratam. Mas não faço nenhum comentário. Até que um dia fizeram uma bagunça na minha sala, eu tô [*sic*] olhando aquela bagunça, aquela confusão, alguém falando com alguém, não sei o quê. Aí que um aluno asiático levantou e falou que, nas outras aulas, dos outros professores, ele não estava vendo aquela bagunça, e que aquilo era um ato de racismo. E eu nunca vou me esquecer dele porque ele se chama Bun, um aluno com um nome desses, você não esquece. O Bun era presidente na Associação Nacional dos Universitários Coreanos. Então, ele já tinha uma atividade política entre os asiáticos e seus descendentes, e tal. E ele falou isso para

toda a classe. Sabe, quando faz aquele silêncio, né. Aí chamei a atenção da classe, levei pra frente [...].

Quando questionada se tinha conhecimento de alguma situação de discriminação na Faculdade, ela relata que teve conhecimento de alunos que vivenciaram situações de discriminação racial:

Eu acompanhei aluno dizer que esses seguranças, aqui da escola, os acompanhavam perguntando se eles eram alunos aqui da escola e quem eles eram. Eles ficam passeando, né, pelo prédio. Mas veja que é por parte do terceirizado, etc. Não diretamente dos, assim, da casa. Com relação aos professores, discriminação racial assim, ato direto, eu não tenho conhecimento de nenhum. Eu, pessoalmente nunca tive, mas volto a dizer que essa invisibilidade de negro é uma forma discriminatória e a questão é política. E isso é grave.

Diante da ausência e/ou invisibilização do negro nas universidades públicas, a carreira intelectual da professora Eunice Prudente tem oferecido subsídios para interpelar esses processos, e sua atuação no Núcleo de Apoio à Pesquisa e Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro (NEINB) é bastante ilustrativa do seu comprometimento:

Então, atualmente eu estou na coordenação do Núcleo de Apoio à Pesquisa e Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro (NEIMB). Então, esse núcleo, no momento, nós estamos prestando serviço à prefeitura de São Bernardo do Campo. [...] E o que estamos fazendo lá? Aplicando ou ensinando, ministrando aula sobre a implementação da lei 10.639 e [d]a 11.645, as duas leis aperfeiçoando a Lei de Diretrizes e Base da Educação.

Interessante destacar que a trajetória da professora Eunice Prudente está conciliada às lutas e interesses da comunidade acadêmica negra, seja na implantação das leis 10.639 e 11.645, seja na construção de redes de pesquisadores/as (negros/as ou não) que investigam a temática racial brasileira. A professora Eunice Prudente demonstra, ainda, preocupações com o futuro das políticas de inclusão racial na USP, diante do insuficiente INCLUSP¹², política da universidade para a ampliação do acesso à universidade, que enfoca a

¹² Segundo a página eletrônica da USP, o INCLUSP *“Programa de Inclusão Social da USP, inclui uma série de iniciativas para ampliar o acesso do estudante de escola pública à Universidade. O Programa atua na superação das barreiras educacionais que dificultam esse acesso, apoiando a participação antes, durante e após o vestibular.*

O aluno que fez todo o Ensino Médio em escola pública pode obter inscrição gratuita para o vestibular; somar até três bônus na nota, dependendo do seu desempenho em outras duas avaliações (o ENEM e o PASUSP [Programa de Avaliação Seriada]). Após o ingresso pode contar com bolsas de apoio e incentivo para auxiliar

inclusão social e, de modo implícito, furta-se a discutir a inclusão racial.

Conheço como todo mundo do INCLUSP. Mas o INCLUSP não inclui, essa é que é a verdade. Então, não aumentou o número de alunos da escola pública... Isto não ocorreu. Então, ela precisa corrigir isto. Ela precisa se dedicar mais aos problemas brasileiros, às questões brasileiras, entre elas a questão racial. Essa ela não vai poder fugir. (...) Todas [as universidades] com cotas para negros ou para afrodescendentes. Então, todos aderiram, praticamente. Até quando a USP vai ficar fora? Então, eu não conheço bem qual é a política de inclusão da USP.

A trajetória da professora Eunice Prudente é marcada por processos (des)conciliações com a USP. Desconciliada no sentido de interpelar as desigualdades raciais que são reais na universidade e na sociedade. Assim, sua trajetória de pesquisadora, desde o mestrado, endossa uma série de questionamentos e cobranças para que a população negra possa, de fato, ser cidadã de direitos. Porém, é também uma trajetória de conciliações, pois a professora reconhece que a tradição da Faculdade de Direito da USP é um elemento formador fundamental que abriu portas para a sua carreira intelectual, possibilitando os diálogos que construiu com os governos, militância e sociedade civil:

Olha... A Faculdade de Direito, por ela ter sido anterior à própria universidade, bem anterior, ela formou os governantes do Brasil durante muito tempo, antes de virem os economistas com tudo, né. O pessoal da área de direito é que comandou esse Brasil grande e muita gente, e muitos dos nossos governantes são dessa escola. Ainda há muito. O próprio Fernando Haddad [atual Prefeito de São Paulo], lá da Educação, é daqui também, né. Então nós ainda temos o pessoal, aqui, os alunos que integravam o centro acadêmico, principalmente, o grupo, a ala petista, estão todos trabalhando no governo federal, alguns trabalharam bem juntos do presidente Lula, como assessor[es] direto[s] dele. Então, ela ainda forma governantes. Acredito que certa participação política que eu tive na OAB e no próprio governo se deu por eu ser formada aqui. Aqui se estuda direito com profundidade, com seriedade, se prepara, mesmo, as pessoas com vida política. As pessoas saem aí, tinindo.

Docente da Faculdade de Direito desde 1985, efetivada em 1992, a professora

sua permanência durante os estudos". Vale lembrar que a portaria que instituiu o INCLUSP (Portaria GR no. 4846, de 12 de novembro de 2010), substituiu a portaria que instituía a CPPN (Portaria GR no. 3156, de 29 de abril de 1999), que foi a Comissão Permanente de Políticas Públicas para a População Negra que tinha, como propósito, discutir acesso e permanência da população negra na USP. Neste sentido, trata-se de um retrocesso nas políticas de acesso da população negra à USP. Face à pressão pela adoção das cotas, a USP tem proposto o PIMESP (Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista), apresentado pelo Governo Alckmin e CRUESP (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo), como tentativa de adiar a adoção de políticas de cotas nas universidades do estado de São Paulo.

Eunice Prudente construiu sólida carreira profissional e acadêmica, conforme seu currículo Lattes indica. Apesar disso vê, ainda, alguns desafios e sonhos na sua carreira docente na USP, como a realização do concurso de Livre Docência, a obtenção deste título que lhe assegurará, também, a ascensão de Doutor para Associado.

Considerações finais

A trajetória intelectual da professora Eunice Prudente é exitosa, coroada de prêmios e homenagens¹³. Sua narrativa revela uma prática docente comprometida com o fortalecimento da cidadania e construção de uma realidade mais justa, numa atuação que vai além da sala de aula, na qual se percebe uma conciliação entre as identidades pessoal e coletiva. Interessante observar que o diálogo com a militância, seja nos movimentos de esquerda, no movimento negro e no movimento feminista, marca sua trajetória, embasando suas opções, convicções e ações. As questões raciais e de gênero também se expandem na sua experiência pessoal e tornam-se temas centrais de suas preocupações de pesquisa, processo semelhante ao vivido por outros/as docentes negros/as. Gusmão (2009) propõe pensar como se dá esse processo, e boa parte dele se deve ao fato de, uma vez na academia, docentes negros/as depararem-se com, pelo menos, duas situações de escassez: a de pesquisas em torno da temática e a de docentes negros/as nesse universo. Porém, os/as docentes negros/as não se direcionam sozinhos/as para essa preocupação acadêmica cotidiana, pois há:

(...) uma rede que os conforma na luta que toma a questão racial como centro na sua formação social e acadêmica (...). Tudo em conflito aclarado por um arcabouço científico que, desde sempre, os nega, mas que também permite contrapor outras formas de ver e compreender o mundo e, assim, transcender os limites da academia (GUSMÃO, 2009, p.194).

¹³ Conforme indica seu currículo Lattes, a professora Eunice Prudente acumula alguns prêmios. Em 2010: Dra. Maria Immaculada Xavier da Silveira, Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, Comissão da Mulher Advogada da OAB/SP. Em 2008: Luta pela Igualdade Racial, Comissão do Negro e de Assuntos Antidiscriminatórios - OAB/SP. Em 2006, ano que chegou à secretaria da justiça, obteve mais três prêmios: 1) Cidadã Prudentina, Câmara Municipal de Presidente Prudente; 2) Amigo dos nordestinos, Folha Paulista; 3) Medalha Regente Feijó, Polícia Militar do Estado de São Paulo. Em 1992, ano em que se doutorou, recebeu a Medalha de Reconhecimento Maçônico, Grande Oriente de São Paulo. Em 1987 recebeu a Medalha Anchieta, Câmara Municipal de São Paulo.

Em diversos momentos, esse texto deliberadamente exalta as qualidades da docente Eunice Prudente. Assim, desde já reconhece essa postura, não se esquivando da necessidade de evidenciar a existência de negras e negros que têm feito de suas vidas um compromisso com a construção de uma sociedade brasileira mais sensível às desigualdades raciais. Apesar disso, este trabalho não está alheio ao fato de que a vida acadêmica é feita de conflitos, disputas, dos quais a trajetória da professora Eunice Prudente não passa ilesa. Este artigo poderia ter explorado mais algumas tensões? Possivelmente. Mas, por enquanto, se dedica mais a reconhecer que há docentes negro/as na USP que têm assumido os riscos de interpelar as injustiças raciais na própria universidade e na sociedade brasileira.

Referências

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araújo. Das dificuldades e dos benefícios da diversidade. In: PRAXEDES, Vanda; et al (Orgs). **Memórias e percursos de professores negros e negras na UFMG**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, Coleção Cultura Negra e Identidades. 2009.

ARROYO, Miguel. Narrativas do sistema escolar desde a condição de negro. In: PRAXEDES, Vanda; et.al(orgs). **Memórias e percursos de professores negros e negras na UFMG**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, Coleção Cultura Negra e Identidades. 2009.

AZANHA, José Mario Pires. Democratização do ensino: vicissitudes da ideia no ensino paulista. **Educação e Pesquisa**. [online]. 2004, vol.30, n.2.

BARBOSA, Irene Maria. **Enfrentando preconceitos** – um estudo da escola como estratégia de superação de desigualdades. Campinas, SP: Centro de Memória da Unicamp, 1997.

CARDOSO, Elizabeth. Imprensa Feminista Brasileira Pós-1974. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 12(N.E.): 264, setembro-dezembro/2004.

CORREA, Mariza. **Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal**. Cadernos Pagu (16) 2001: pp.13-30.

CRUZ, Ricardo Alexandre da. **Negros e Educação: as trajetórias e estratégias de dois professores da Faculdade de Direito de São Paulo nos séculos XIX e XX**. Programa de Pós – Graduação em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

CUNHA, Maria Amália de Almeida; VIANA, Maria José Braga; RESENDE, Tânia de Freitas. Entre memórias, percursos, identidades e diferenças: tecendo diálogos. In: PRAXEDES, Vanda; et. al. (Orgs). **Memórias e percursos de professores negros e negras na UFMG**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, Coleção Cultura Negra e Identidades. 2009.

GUIMARAES, Antonio Sérgio A. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 29, n. 1, jun. 2003.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Questão racial e docência: olhares e trajetões. In: PRAXEDES, Vanda; et. al. (orgs). **Memórias e percursos de professores negros e negras na UFMG**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, Coleção Cultura Negra e Identidades. 2009.

HEILBORN Maria Luiza. & SORJ Bila. Estudos de Gênero no Brasil. In: **O que ler na ciência social brasileira (1970/1995)** In: Sérgio Miceli (org) – São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES 1999.

HOOKS, Bell. Mujeres negras. Dar forma a la teoría feminista. In: **Otras inapropiables Feminismos desde las fronteras**: Bell Hooks, Avtar Brah Chela Sandoval, Gloria Anzaldúa. 2004.

_____. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**. IFCS/UFRJ & PPCCIS/UERJ. Rio de Janeiro, v. 3 n.2, p. 464-478, 1995.

_____. Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black. Boston: South End Press, 1989.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos**: Disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 19-44.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **O sistema de classificação de cor ou raça do IBGE**. Brasília: IPEA, 2003 (Texto para Discussão).

PRAXEDES, Vanda Lúcia; TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro. Apresentação. In: PRAXEDES, Vanda; et.al. (orgs). **Memórias e percursos de professores negros e negras na UFMG**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, Coleção Cultura Negra e Identidades. 2009.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINTO, Regina Pahim. Educação do Negro: Uma Revisão da Bibliografia. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.62. Agosto, pp.3-34, 1987.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 52, pp. 249-272. 2006.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 8.^a edição -Petrópolis: Vozes, 1986.

RIOS, Flavia Mateus. O Protesto Negro no Brasil Contemporâneo (1978-2010). **Lua Nova**, v. 85, p. 41-79-79, 2012.

SANTOS, Yumi Garcia dos: A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, **Cadernos Pagu (27)**, julho-dezembro de 2006: pp.401-426.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: **Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. In: ÂNGELA Borba, et. al. (orgs). — São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu** (17/18) 2001/02: pp.81-103. 2001.

WIEVIORKA. Michel. **O racismo, uma introdução**. São Paulo: Perspectiva 2007.

RECEBIDO EM 01 DE JUNHO DE 2013.

APROVADO EM 01 DE AGOSTO DE 2013.